

ATITUDE DOS PROPRIETÁRIOS FLORESTAIS FACE AOS PROBLEMAS DA ACTIVIDADE FLORESTAL NA ZONA DO PINHAL SUL, PORTUGAL

ALMEIDA, CELESTINO MORAIS DE (*) (**)

* ESCOLA SUPERIOR AGRÁRIA DE CASTELO BRANCO. APTD° 119, 6000 CASTELO BRANCO - PORTUGAL

** BOLSEIRO DA JNICT NA UNIVERSIDADE DE READING, UK

RESUMO

A Zona do Pinhal Sul distingue-se das restantes zonas florestais do País por ser constituída por uma vasta area contínua de Pinheiro Bravo - *Pinus pinaster*, onde a floresta assume papel de relevo na economia dos seus proprietários. Os principais inibidores ao desenvolvimentos desta região são a pulverização das propriedades, os fogos florestais, o despovoamento da população, e a atitude dos proprietários face à gestão florestal. Atendendo a falta de estudos de natureza sociológica sobre este domínio, este estudo propõe-se contribuir para a constituição de um quadro de cariz sociológico que retrate a postura dos pequenos proprietários florestais. Para tal, procedemos a um levantamento, por inquérito, de uma freguesia considerada representativa da região. Conclui-se que apesar de alguns valores de natureza ecológica ou ambiental não encontrarem grandes repercussões nos pequenos proprietários florestais, estes apresentam uma cultura florestal própria que importa ser considerada pelas entidades responsáveis pelo planeamento da política florestal.

P.C.: Proprietários, Atitudes, Gestão, Floresta, Fogos, Portugal.

SUMMARY

Pinhal Sul is a forestry region characterized by the large continuous areas of Maritime Pine- *Pinus pinaster*, is where forestry plays an important role in the economy of forest landowners' households. Structural aspects such as the division of property in small plots, forest fires, the declining population and the landowners' attitude towards forestry management are mentioned as the main constraints to the forest development. Given the lack of sociological studies on these matters, this study proposes to develop a framework of the landowners' attitude towards forestry and of their involvement in such an activity. A survey was piloted in a parish, which was assumed to represent the region. It led to the conclusion that despite the weak perception of the landowners to ecological and environmental forest's values, they seemed to behave under a specific forestry culture which should be considered by forestry policy planners.

K.W.: Forestry, Management, Landowners, Attitudes, Forest-fires, Portugal.

INTRODUÇÃO

Independentemente dos valores ambientais e sociais a floresta Portuguesa apresenta igualmente uma grande valor económico. Na Zona do Pinhal Sul cerca de 80% da área está afectada à floresta que é fundamentalmente povoada por uma só espécie, o pinheiro bravo

(DGF, 1994). (IF, 1995). Apesar das potencialidades florestais reconhecidas à região, devido às dificuldades estruturais da propriedade e a causas de natureza social, em particular a atitude dos proprietários face à actividade florestal, o desenvolvimento desta não se tem verificado no melhor sentido. Tais razões justificam o estudo das características socio-económicas dos proprietários, por forma a que estes possam de facto ser envolvidos no processo de definição e implementação de políticas de desenvolvimento florestal (Alves, 1993; Hespanha, 1994). A marcada importância da floresta na região poderá constituir uma particular motivação à participação dos proprietários no desenvolvimento florestal. Daí, com o presente estudo pretendemos contribuir para o retrato da "postura do produtor florestal não industrial da região", no sentido de o demarcar da imagem de absentista que usualmente se lhes atribui. Procedeu-se ainda ao levantamento dos principais problemas dos produtores florestais bem como das potenciais soluções perspectivadas.

METODOLOGIA

O estudo teve lugar na freguesia de Estreito, concelho de Oleiros, e baseou-se em entrevistas a 57 proprietários, correspondendo a todos os proprietários residentes na freguesia acessíveis e disponíveis a ser entrevistados pela ocasião do estudo (Maio de 1995).

ENVOLVIMENTO DOS PROPRIETÁRIOS NA ACTIVIDADE FLORESTAL

A principal actividade desenvolvida na floresta é a recolha de mato e de lenha (Quadro 1). Esta recolhas são no geral assumidas como actividades extractivas, e só muito raramente de natureza preventiva ou melhoradora do estado da mata. Normalmente os pinhais com interesse para a resina são alvo de intervenções de limpeza no sentido de melhorar as condições de exploração. Apesar disto, e atendendo à notória redução no número de animais criados, a qual assume valores mais significativos nos bovinos e caprinos, e a que este tipo de animais são os maiores consumidores de mato, somos levados concluir que terá ocorrido uma menor recolha de matos e, conseqüente, uma diminuição na limpeza da floresta. Da mesma maneira também se verificou uma diminuição no consumo de lenha, cujas razões se devem fundamentalmente ao aparecimento dos fogões a gás, ao decréscimo do número de elementos nos agregados familiares residentes e à alteração no regime alimentar dos suínos - "a nossa panela diminuiu e deixámos de cozinhar para o porco". Actualmente, as lareiras são utilizadas apenas como forma de aquecimento. Deste modo o consumo de lenha é bastante reduzido.

Os proprietários florestais, sendo todos agricultores, reconhecem a actividade florestal como sendo mais rentável que a agricultura, pois afectam-lhe menos tempo de trabalho e retiram dela maiores rendimentos. As actividades desenvolvidas na floresta dependem fundamentalmente da mão-de-obra familiar, sendo muito raros os casos em que se recorre à contratação de mão-de-obra eventual. A maioria dos proprietários preferem fazer trocas de mão-de-obra, ou de serviço de máquinas entre vizinhos, familiares e amigos, em vez de contratar operários eventuais. Esta preferência deve-se ao facto de no caso das trocas não ser necessário dinheiro para fazer o pagamento. A maioria dos proprietários (86%) referiram que mesmo havendo disponibilidade financeira e interesse em contratar mão-de-obra, esta é muito difícil de encontrar tanto para trabalhar na floresta como na agricultura. Esta similaridade entre a agricultura e a floresta, deve-se fundamentalmente ao facto de não existirem trabalhadores, eventuais especializados. Ainda comparando a actividade agrícola com a florestal verificámos que embora a maioria dos respondentes reconheçam possuir mais valor em propriedade florestal, o nível de dependência do sustento da família assenta fundamentalmente na actividade agrícola, e que de uma maneira geral os proprietários

assumem mais a designação de "agricultor" do que a de "produtor florestal". Apesar disto, não existem grandes diferenças entre as preferências pelo tipo de tarefas a desempenhar, sentindo satisfação tanto na actividade agrícola como na florestal.

ATTITUDE DOS PROPRIETÁRIOS FACE À ACTIVIDADE FLORESTAL

As razões que levam os proprietários a trabalhar as suas parcelas florestais são na maioria dos casos de ordem afectiva. Estas expressam-se por valores que tradicionalmente dizem respeito à posse da terra, ao simbolismo das heranças, e à imagem pessoal que os proprietários pretendem criar de acordo com os padrões de vida característicos das zonas rurais. O trabalhar na floresta é, para muitos, assumido como uma tradição a preservar. Apesar disto, os valores económicos assumem também algum relevo nos objectivos dos proprietários, embora não sendo tão evidenciados como os valores afectivos.

A frequência de trabalho na floresta está associada à disponibilidade de tempo após a execução das tarefas agrícolas. A maioria dos respondentes trabalham frequentemente na floresta, mas cerca de 12% referiram ter deixado de trabalhar na floresta. Estes justificam esta tomada de posição com problemas de saúde associados com as distâncias das parcelas e a penosidade do trabalho. Na opinião de alguns proprietários é bastante importante que o dono visite com frequência as suas parcelas. Mesmo que não se desenvolva grande actividade nelas, pelo menos deve-se ser visto e demonstrar interesse e, ao mesmo tempo, vigia-se a mata e acompanha-se o seu desenvolvimento. Em oposição a este tipo de comportamentos, existe um grupo significativo de proprietários que referem visitar a floresta com menor frequência do que em anos anteriores.

Cerca de 80% dos proprietários não têm ocasiões particularmente específicas para trabalhar na floresta. Apenas 20% referiram gostar mais do trabalho florestal no Verão, nessa altura a presença de pessoas na mata contribui para a vigilância. Outros preferem o Inverno, embora neste caso seja mais por uma questão de oportunidade, já que nesse período normalmente as actividades agrícolas não são tão absorventes.

A idade dos proprietários poderá ser um factor relacionado com a frequência dos trabalhos na floresta. Contudo, apenas detectamos a existência de uma relação significativa entre a frequência de trabalhos na floresta e o grupo de indivíduos que referiram a idade avançada como obstáculo ao investimento na actividade florestal. De uma forma global é possível concluir que se tem verificado uma diminuição na frequência das visitas e das intervenções na floresta, já que os indivíduos que agora se abstêm não o fizeram no passado, e os que ainda se mantêm em actividade referem uma diminuição na frequência das suas actividades em relação ao passado.

No que respeita à atitude dos proprietários relativamente a diferentes aspectos da actividade florestal, verifica-se que persiste a disposição de continuar a explorar os produtos florestais (resina, mato, faxina). As principais razões que levaram 32% dos proprietários terem disposição contrária são o facto de a mata ter ardido e a idade avançada dos pinheiros, já que os pinheiros mais velhos deixam de dar resina (Quadro 2). Outro aspecto importante, que se pode realçar neste quadro, é a tendência para a continuação do decrescimo do número de animais criados, donde se depreende que a recolha de mato para as camas ainda irá diminuir mais num futuro próximo.

Cortar o pinhal é uma acção que está fora das intenções da grande maioria dos proprietários mesmos dos que detêm árvores em condições favoráveis para corte. A este propósito, os valores apresentados no quadro 2 estão ligeiramente distorcidos pelo facto de alguns proprietários que têm a floresta ardida ou sem árvores adultas terem respondido afirmativamente. Ainda relativamente ao corte de árvores, interessa referir o ponto de honra

que muitos proprietários têm em dizer que "nunca cortei um pinheiro, e não tenciono cortar". cremos que o que está na origem deste código de honra é o facto de mostrar aos outros que se foi conseguindo progredir na vida sem nunca ter recorrido aos pinheiros e a riqueza que os pinheiros representam como herança a deixar aos descendentes. "Eu não corto nem cortarei, agora quem cá ficar que faça o que entender". Além deste tipo de atitude, também nos foi possível escutar opiniões que em muito se poderão parecer com as regras de uma gestão equilibrada da floresta, "temos que seguir o tempo, e fazer o que a floresta precisa: limpar, desbastar, cortar e plantar de novo"; "a floresta primeiro dá o "sangue" - a resina, depois dá o "corpo" - a madeira".

A disposição em replantar ou plantar novas áreas foi-nos manifestada por quase todos os proprietários, só que sempre debaixo da condição de receberem apoios do estado, dado que não têm recursos para suportar sozinhos tal empreendimento.

Finalmente, o resultado mais expressivo (83% dos entrevistados) reporta-se ao interesse de os proprietários em manterem a sua actividade florestal. Pese embora, em muitos dos casos, as tarefas serem executadas a níveis mínimos, alguns proprietários demonstram interesse em não deixar piorar o estado das suas matas. Estes chegam a manifestar relutância a considerarem as suas parcelas abandonadas. Essencialmente, manter a floresta significa continuar a actividade florestal como até aqui e não uma forma de gestão correcta como factor de desenvolvimento florestal.

Relativamente às obrigações que os proprietários sentem face à sua condição de proprietário florestal apuramos que sentem o dever de proteger e preservar a floresta. Este sentimento está relacionado com dois aspectos: o reconhecimento do dever de melhorar a floresta no sentido de retirar melhores rendimentos; e valores de natureza afectiva e de satisfação pessoal. Os proprietários sentem-se bem em ter as parcelas bem cuidadas, e o oposto também se verifica; pois segundo eles "ninguém gosta de ver as coisas mal tratadas"

Como era esperado encontrámos relações significativas entre o interesse em investir na floresta e várias outras variáveis como seja o caso da expectativa que os proprietários têm relativamente ao futuro da floresta, a capacidade dos proprietários em termos de conhecimentos sobre como desenvolver a actividade florestal, a idade avançada do proprietário como factor inibidor do investimento, sentimento de obrigação em melhorar a floresta, o interesse dos proprietários em manter a sua floresta, e o lucro como objectivo para continuar a actividade florestal.

PRECEPÇÃO DOS PROPRIETÁRIOS SOBRE OS PROBLEMAS FLORESTAIS

Os proprietários parecem estar bem conscientes dos problemas da floresta em geral, nomeadamente dos técnicos e dos económicos. De entre estes, o problema dos fogos florestais é o que assume o papel de maior relevo. De uma forma mais ou menos consequente outros problemas são identificados á volta da questão dos fogos, tais como o corte de árvores e perdas de produtividade. Estes aspectos representam um global de 81% das respostas. Os fogos e os problemas técnicos são os referidos com maior frequência, respectivamente 74% e 43%. A estes seguem-se os problemas estruturais (31%) e os sociais (13%). Um aspecto bastante significado desta análise resulta do facto dos problemas ambientais e de comercialização não terem sido referidos por nenhum dos respondentes.

No que respeita aos problemas específicos sentidos face à gestão da actividade silvícola, a fraca condição económica é a principal causa da má ou inexistente gestão da floresta.

Da mesma maneira que os proprietários têm a noção clara das dificuldades que enfrentaram, também foram capazes de apontar algumas potenciais soluções para alguns dos problemas, mostrando-se capazes de contribuir para a melhoria do estado da floresta. O

aspecto que mais se realça no global das soluções sugeridas é a expectativa e a responsabilidade que é atribuída a uma potencial intervenção do Estado. Esta intervenção é solicitada a diversos níveis: intervenção legislativa relativamente á actividade florestal e á exemplar punição dos incendiários, fornecimento de apoio técnico e financeiro, e em aspectos relacionados com a informação e formação dos proprietários e da população.

A maioria dos respondentes (81%) concorda com a criação de associações de proprietários como forma de potenciar a solução de alguns problemas e de promover o desenvolvimento florestal na região. Contudo, apenas 72% manifestaram estar na disposição de se associarem. Este diferencial deve-se a alguns dos proprietários que, embora concordando com a ideia, não estavam, pelo menos no momento, dispostos a associarem-se no caso de uma eventual oportunidade. A principal desculpa apresentada para tal atitude dependia fundamentalmente da idade e do cepticismo dos respondentes.

A disposição em se associar surge significativamente relacionada com expectativa que os respondentes têm para com o futuro da floresta. Além disso apurámos que estes indivíduos sentem obrigação em melhorar a suas matas, não tendo perspectivas de investimento na floresta devido à sua idade avançada e ao facto de parte da sua área florestal ter ardido.

Cerca de 77% dos proprietários apresentam expectativas positivas para com o futuro da floresta. A justificação mais frequente relaciona-se com o facto de acreditarem que a situação irá melhorar através de uma correcta intervenção do Estado. Outros têm "fé" que os incêndios venham a acabar, ou pelo menos que "o lume não passe outra vez nas suas terras". Alguns dos que manifestaram descrédito no desenvolvimento da floresta são indivíduos particularmente idosos ou indivíduos que no seu íntimo já abandonaram a actividade florestal.

CONCLUSÕES

Os dados do inquérito, e as informações recolhidas de forma informal durante os contactos estabelecidos com a população, representantes autárquicos e técnicos, permitem-nos concluir que, de facto, os proprietários residentes detêm uma mentalidade ou "cultura florestal" própria. A actividade florestal é encarada como sendo a principal geradora de receitas para as famílias. Por outro lado a actividade agrícola é encarada cada vez mais como fornecedora de produtos para o autoconsumo, sendo relativamente poucos os que são comercializados. Os crescentes problemas em comercializar produtos agrícolas produzidos em pequena escala poderão estar a contribuir para um aumento do interesse pela actividade florestal.

O grande problema da actividade florestal é o risco de incêndio que desincentiva os proprietários de tentar resolver outros problemas cujas soluções estariam ao seu alcance. A falta de informação é bem patente em praticamente todos os proprietários, que desconhecem em concreto as possibilidades de virem a usufruir dos programas de apoio à floresta privada. Mesmo assim, pode dizer-se que apesar destes problemas e da idade avançada de muitos dos proprietários estes ainda demonstram vontade de tentar fazer algo no sentido de melhorar um património de valor bem reconhecido. "Já fomos ricos", dizem os proprietários cuja floresta ardeu recentemente, "mas podemos voltar a ser, ou pelo menos os nossos filhos", referem ainda. Concluem transmitindo uma esperança de que o Estado venha a intervir de forma a os "ajudar" na tarefa de melhorar o estado actual das suas matas.

Pensamos que será de todo impossível ao Estado proporcionar tal ajuda sem antes definir uma política florestal clara para esta região, dada a sua especificidade, e que atenda ao facto de que o desenvolvimento da actividade florestal terá de se processar segundo medidas de ordenamento florestal, que minimizem o risco de ocorrência de incêndios e possibilitem um aumento da eficácia do combate aos mesmos.

Outras medidas deverão passar pela organização dos proprietários. Relativamente a este aspecto, o estudo revela uma discrepância entre a opinião favorável dos proprietários em relação às potencialidades de uma organização de proprietários e a sua disponibilidade em a acederem vir a ser membros da mesma.

Somos, portanto, de opinião que é necessário desenvolver estudos no sentido de se contribuir para o processo organizativo dos proprietários florestais, sobretudo na definição do tipo de organização que eles concebem, sintonizada com as políticas de desenvolvimento florestal para a região.

BIBLIOGRAFIA

ALVES, A. A. MONTEIRO (1993). "Objectivos e instrumentos da Política Florestal." In *Sociedade e Desenvolvimento*, 45 - 46.

DGF, (1994). "Anuário da Direcção Geral das Florestas." 150. Lisboa: Direcção Geral das Florestas.

IF, (1995). "Anuário do Instituto Florestal." Lisboa: Instituto Florestal.

HESPANHA, PEDRO (1994). "Os Recursos Florestais no Desenvolvimento Rural Alguns Aspectos Sociológicos de Enquadramento." In *III Congresso Nacional Florestal - Os Recursos Florestais no Desenvolvimento Rural*, ed. F. Páscoa, L. Pinheiro e A. Isidoro. VI-XIII. 1st ed., Vol. I. Figueira da Foz - Portugal: Sociedade Portuguesa de Ciências Florestais & Instituto Superior De Agronomia.

Actividades florestais	Resp	(%)
Colheita de matos e lenha	45	79
Desbastes	30	53
Resinar	29	51
Limpeza da mata, caminhos e aceiros	26	46
Abertura de caminhos	25	44
Corte	23	40
Plantação	11	19
Abertura de aceiros	10	18

Quadro 1 - Principais actividades florestais

Disposições	Sim		Não	
	Resp	(%)	Resp	(%)
Colher produtos florestais	39	68	18	32
Cortar árvores	33	58	24	42
Vender árvores	32	56	25	44
Pastorear cabras	14	25	43	75

Quadro 2 - Disposição dos proprietários face à floresta no futuro